

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA COORDENADORA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES  
LARISSA TIMO ALMEIDA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**

**PREGÃO 90024/2025**

**LEANDRO ALVES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF sob o número nº [REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED], vem, respeitosamente, à presença de V. Ex<sup>a</sup>, com fundamento no artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e item 15.1 do Edital, apresentar

**IMPUGNAÇÃO**

ao edital de Pregão Eletrônico nº 90024/2025, promovido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício (Coordenação-Geral de Aquisições), Sede - 1º andar - Sala: 103, Brasília - DF, CEP 70.043-900, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

**I. TEMPESTIVIDADE**

Dispõe o ato convocatório que qualquer pessoa é parte legítima de apresentar Impugnação ao Edital até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a entrega da documentação, *in verbis*:

*Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.*

Cumpra-se destacar, ainda, que a presente licitação é regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta as contratações públicas. O art. 164 desta lei, reforça o prazo de 3 (três) dias antecedentes à abertura da sessão pública para apresentação de impugnação.

Considerando, portanto, a apresentação desta impugnação dentro do prazo legal, é patente a sua tempestividade.

## **II. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

Trata-se de impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 90024/2025, promovido pelo Ministério de Agricultura e Pecuária, que tem por objeto a **aquisição de máquinas pesadas, por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP**.

Ocorre que o Termo de Referência traz especificações técnicas restritivas, as quais, em vez de estabelecerem requisitos mínimos de desempenho, reproduzem características particulares e exclusivas de determinados fabricantes/modelos, violando o regime jurídico da licitação pública, em especial os princípios da isonomia, competitividade, seleção da proposta mais vantajosa e padronização funcional, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Diante desse contexto, observa-se que tais irregularidades no edital compromete sua lisura, de modo que se faz necessária a presente Impugnação, a qual visa apontar **vícios que devem ser corrigidos de imediato** por esta Administração Pública, sob risco de macula de todo o processo licitatório.

## **III. DOS VÍCIOS DO EDITAL**

O edital de licitação apresenta graves irregularidades que comprometem a legalidade e a competitividade do certame. As exigências nele previstas, somadas à ausência de fundamentação em diversos pontos, violam princípios norteadores das contratações públicas, previstos tanto na Lei Federal nº 14.133/2021, como na Constituição da República de 1988.

Assim, passa-se à análise dos vícios atinentes a este edital que comprometem a competitividade do certame e a sua legalidade. Deve-se, ao final, a presente impugnação ser conhecida e processada, bem como que esta r. Comissão proceda com a **SUSPENSÃO do presente certame para e CORREÇÃO das ilegalidades apontadas.**

### III.1. ESPECIFICAÇÕES RESTRITIVAS E DIRECIONAMENTO

No caso em análise, as especificações técnicas previstas no edital mostram-se indevidamente **restritivas** e configuram verdadeiro **direcionamento da competição**, em flagrante violação aos artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021 c/c o artigo 5º, *caput*, e artigo 37 da Constituição Federal.

De início, observa-se que o Termo de Referência – Anexo I, estabelece diversos critérios para equipamentos/maquinários indispensáveis para futura contratação com a administração pública, os quais se destacam a seguir:

- a. **Retroescavadeira** - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel, 04 Cilindros, cilindrada de 4 litros; Potencia Bruta mínimo 85 Hp e; Peso Operacional Mínimo de 7.600 Kg; Tração Nas 04 Rodas (4x4); Transmissão Com No Mínimo 04 Marchas Sincronizadas a Frente e no mínimo 03 a Re, Com Conversor de Torque; Freios de Serviço Em Banho de Óleo, Freio de Estacionamento Através de alavanca; Caçamba Mínima de 0,20 m³, Frontal Com Capacidade Mínima de 1 M3. Com Dentes; tanque de combustível de no mínimo 155 litros. direção hidrostática /hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; hodômetro; cinto de segurança Garantia de no mínimo 12 meses.
- b. **Pá-Carregadeira** - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel, Potência de no mínimo: 125 HP com rpm

de 2200; Peso operacional mínimo 10.000 kg Capacidade da caçamba mínimo 2m<sup>3</sup> com dentes; Força de desagregação da caçamba de no mínimo 120 kn Tanque de combustível mínimo 180 L. Direção hidrostática/hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; horímetro; cinto de segurança. Garantia de no mínimo 12 meses.

- c. **Motoniveladora** - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com motor a diesel, potência mínima de 150 hp, com no mínimo 2.200RPM peso operacional mínimo de 13.000 kg, com cabine fechada com ar condicionado e certificada rops/fops, com transmissão direta ou conversor de torque com no mínimo 9 marchas somadas a frente e a ré, radiadores com hélice, com lâmina mínima de 3,6m, ripper traseiro com no mínimo 5 dentes, por no mínimo 01 anos, garantia contra defeitos de fabricação de no mínimo 12 meses
- d. **Escavadeira hidráulica de esteira** - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas), com potência mínima de 99 hp, motor diesel, turbo e intercooler, com peso operacional mínimo de 17.500 kg, painel com no mínimo 05 modos de trabalho, com no mínimo 01 modo para economia de combustível, cabine rops fechada e equipada com ar condicionado, caçamba com capacidade mínima de 0,80m<sup>3</sup>, sapatas da esteira com largura mínima de 700 mm, braço de comprimento mínimo de 2,45m. Garantia de no mínimo 12 meses.

A Administração, ao descrever o objeto licitado no Termo de Referência – Anexo I, extrapolou os limites legais da discricionariedade técnica e acabou por impor **características detalhadas, rígidas e individualizadas, que não representam requisitos mínimos indispensáveis à satisfação do interesse público**, mas sim

parâmetros que remetem diretamente a modelos específicos de determinados fabricantes, restringindo injustificadamente o universo de potenciais fornecedores.

Com efeito, o art. 5º, *caput*, da Lei 14.133/2021 estabelece que o processo licitatório deve observar o princípio da competitividade e isonomia, sendo vedada a inserção de cláusulas que comprometam, restringam ou frustrem o caráter competitivo do certame, salvo exigências técnica e objetivamente justificáveis. O edital, porém, ao adotar características técnicas dos equipamentos/maquinário, **sem qualquer justificativa técnica plausível**, viola frontalmente tal mandamento, pois exclui máquinas igualmente eficientes, modernas e amplamente reconhecidas no mercado nacional e internacional.

Do mesmo modo, o art. 11 da Lei 14.133/2021 consagra o princípio da seleção da **proposta mais vantajosa**, o qual somente se concretiza em ambiente competitivo amplo e plural. Quando a Administração delimita o objeto com tamanha minúcia, direcionando-o a modelos previamente identificáveis no mercado, ela reduz artificialmente a competição, impedindo que produtos equivalentes, e possivelmente mais vantajosos do ponto de vista técnico, operacional e econômico, possam ser ofertados. A consequência prática é a condução do certame à proposta de um grupo restrito de fabricantes, o que contraria a finalidade pública e compromete a eficiência da contratação.

No presente caso, entretanto, o edital fixa detalhamentos tão precisos que se aproximam de verdadeira indicação indireta de marca, o que é expressamente vedado pelo art. 25, §1º, salvo quando tecnicamente indispensável, situação que não se verifica e sequer foi demonstrada pela Administração.

Verifica-se, assim, que as exigências constantes do edital, ao impor valores fechados e não intervalares, características técnicas estanques e padrões exclusivos que refletem máquinas de apenas alguns fabricantes, não se fundamentam em justificativa técnica real e violam diretamente os princípios e dispositivos legais citados. A Administração, ao invés de adotar critérios objetivos de desempenho e eficiência, optou por amarrar o objeto a configurações específicas, violando a lei e a jurisprudência pacífica dos órgãos de controle.

Considerando-se a necessidade de assegurar a eficiência dos equipamentos a serem contratados e, ao mesmo tempo, evitar qualquer favorecimento indevido no âmbito do presente procedimento licitatório, impõe-se que as especificações técnicas se limitem à definição de características mínimas indispensáveis ao adequado desempenho das atividades, permitindo à Administração selecionar máquinas que atendam aos requisitos essenciais, sem restringir a participação de fornecedores que ofereçam equipamentos equivalentes ou até mais eficientes. Dessa forma, revela-se imprescindível que o edital adote parâmetros mínimos de desempenho, e não padrões rígidos e direcionados, de modo a ampliar a competitividade do certame e garantir a escolha da proposta mais vantajosa.

Nesse contexto, passa-se à análise individualizada de cada equipamento/maquinário, com a demonstração de suas capacidades operacionais e de sua aptidão para atender às necessidades da Administração, evidenciando-se que a adoção de critérios de desempenho, e não de características específicas, fortalece o caráter competitivo da licitação e afasta qualquer risco de direcionamento:

#### **A. Retroescavadeira – Direcionamento técnico pelas especificações do Edital**

As exigências editalícias atuais (cilindrada exata, potência de 85 HP, peso mínimo de 7.600 kg, transmissões específicas, capacidades volumétricas rígidas etc.) excluem modelos amplamente aceitos pelo mercado, inclusive máquinas com desempenho superior.

Características que aumentam a competitividade, sendo mais eficiente, apresentam:

- Cilindrada superior: 4,5L
- Potência superior: 90 HP
- Peso operacional inferior (7.000 kg) — sem prejuízo do desempenho
- Transmissão com 2 marchas à ré — plenamente suficiente
- Caçambas com no **mínimo** 0,18 m<sup>3</sup> (traseira) e 0,96 m<sup>3</sup> (dianteira) — adequadas ao porte da máquina

- Freio de estacionamento eletro-hidráulico — tecnologia superior, mais segura

O edital exige valores que não representam desempenho mínimo, mas copiam supostamente características de fabricantes específicos, como:

- Peso mínimo de 7.600 kg
- Caçamba traseira mínima de 0,20 m<sup>3</sup>
- Caçamba frontal mínima de 1,0 m<sup>3</sup>
- Transmissão com no mínimo 3 marchas à ré

Por essa razão, ajustar os parâmetros para valores que representem requisitos mínimos e não exclusivos representam um ganho administrativo, pois permitirá que um maior número de concorrentes possa participar da licitação.

#### **B. Pá-Carregadeira – Especificações que limitam modelos mais eficientes**

A especificação atual exige potência de 125 HP a 2200 RPM, peso mínimo de 10.000 kg, capacidade mínima de 2m<sup>3</sup>, força de desagregação de 120 kN e tanque de 180L.

Entretanto, existe no mercado outros modelos com características mais eficiente, com tecnologia mais moderna, sendo:

- Potência superior: 142 HP
- Peso operacional maior: 12.282 kg
- Caçamba de no **mínimo** 1,9 m<sup>3</sup> — adequada ao dimensionamento
- Força de desagregação no **mínimo**: 90,2 kN — suficiente para a categoria
- Tanque de 220L ou superior — mais eficiente
- Transmissão atuada por sistema elétrico hidráulica, com mudança de marcha sem interrupção de torque

Exigir capacidade mínima de 2m<sup>3</sup> e força de desagregação de 120 kN exclui modelos mais modernos, sem justificativa técnica plausível.

### **C. Motoniveladora – Especificações de transmissão e potência incompatíveis com modelos superiores**

A motoniveladora prevista exige potência mínima de 150 HP, peso de 13.000 kg e transmissão com no mínimo 9 marchas somadas a frente e ré entre outras características.

Todavia, é necessário estabelecer características mínimas que garantem a execução dos serviços com o máximo de eficiência. Assim, requer o ajuste das características nos seguintes moldes, pois permite a ampliação da concorrência:

- Potência superior: 200 HP
- Peso operacional maior: 15.000 kg
- Transmissão moderna com no **mínimo** 8 marchas à frente e 8 à ré, com proteção baseada em eventos e bloqueio automático do diferencial.

Assim, a obrigação de “9 marchas somadas” exclui tecnologias mais modernas, que operam com transmissões eletrônicas otimizadas.

### **D. Escavadeira Hidráulica – Incompatibilidade com máquinas mais robustas**

O edital exige potência mínima de 99 HP, peso operacional mínimo de 17.500 kg e caçamba de 0,80 m<sup>3</sup>.

Com a finalidade de ampliar a concorrência, deve levar em consideração características mínimas mais eficientes, mais robusto, tais como:

- Potência superior: 130 HP
- Peso operacional maior: 21.500 kg

- Capacidade de caçamba mínima: 1,4 m<sup>3</sup>
- Apenas 3 modos de trabalho (não 5), conforme padrão tecnológico avançado
- Braço com 2,7m (superior ao exigido)

A exigência de 5 modos de trabalho não representa vantagem técnica e exclui máquinas avançadas que utilizam tecnologia simplificada.

#### IV. DA OMISSÃO DE CERTIFICADOS FUNDAMENTAIS PARA ATESTAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/MAQUINÁRIO

A presente impugnação também se fundamenta na relevante **omissão** do Edital e de seus anexos quanto à **exigência de certificações técnicas mínimas aplicáveis aos motores e às cabines dos maquinários licitados**, especialmente considerando que o objeto envolve a aquisição de máquinas pesadas por meio de Sistema de Registro de Preços – SRP, com posterior distribuição e utilização por diversos entes públicos, notadamente em atividades de infraestrutura, manutenção e operações de campo.

Inicialmente, cumpre destacar que, no tocante aos motores, não há no instrumento convocatório qualquer referência à **obrigatoriedade de atendimento às normas de emissões MAR-1** (Máquinas Agrícolas e Rodoviárias – Fase 1), previstas no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE/MAR-I, normativo amplamente consolidado no mercado nacional como requisito mínimo para motores de máquinas pesadas. Trata-se de certificação indispensável para assegurar que os equipamentos licitados atendam aos padrões mínimos de desempenho ambiental, eficiência energética e conformidade regulatória exigidos pelos órgãos ambientais e técnicos competentes.

A exigência de **motor certificado MAR-I**, além de refletir as regras de mercado, representa medida essencial para garantir que o Poder Público não adquira motores obsoletos, poluentes ou em desconformidade com a regulação federal, o que acarretaria risco à saúde pública, impacto ambiental negativo e potencial responsabilização administrativa futura.

No mesmo sentido, observa-se grave lacuna no Edital quanto às certificações relacionadas à cabine dos equipamentos, uma vez que não se exige a comprovação, pelo fabricante, da certificação de conformidade das estruturas de proteção do operador – **ROPS** (Roll-Over Protective Structure) e **FOPS** (Falling Object Protective Structure) –, padrões internacionais de segurança que visam à proteção do operador contra tombamentos, capotamentos e queda de objetos.

A ausência de exigência expressa dessas certificações representa risco direto à integridade física dos operadores das máquinas e vulnera o dever constitucional e legal da Administração de garantir condições adequadas de segurança no uso dos bens públicos.

Assim, a **lacuna editalícia em apreço compromete a confiabilidade do maquinário a ser contratado e abre margem para o fornecimento de equipamentos sem certificação adequada**, com motores potencialmente irregulares e cabines desprovidas das estruturas obrigatórias de proteção do operador, expondo o Poder Público a riscos operacionais, ambientais e até mesmo de responsabilização civil e administrativa, além de violar os arts. 5º e 11 da Lei 14.133/2021, que exigem que as especificações do objeto sejam claras, adequadas, proporcionais, padronizadas e alinhadas às melhores práticas do mercado.

Portanto, requer-se a imediata retificação do Edital, para inclusão das seguintes exigências técnicas mínimas:

- a) **Motor:** comprovação, pelo fabricante, de que o motor é certificado conforme a norma MAR-1, em atendimento ao PROCONVE/MAR-I.
- b) **Cabine:** apresentação de certificação de que a cabine possui estrutura de proteção ROPS e FOPS, fornecida pelo fabricante, conforme as normas vigentes de segurança ocupacional.

A adoção dessas exigências não cria restrição indevida; pelo contrário, estabelece parâmetros mínimos de qualidade, padronização e segurança, garantindo a proteção do interesse público e a contratação de equipamentos duráveis, seguros e compatíveis com as melhores práticas do mercado.

## **V. DA CARACTERIZAÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Por fim, nunca é demais ressaltar que a manutenção de cláusulas restritivas e ilegais em editais, com a inabilitação de propostas mais vantajosas caracteriza improbidade administrativa por **dano ao erário**, conforme artigo 10, inciso VII da Lei nº 8.429/1992:

*Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente:*

*VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva;*

É justamente o caso ora tratado, uma vez que empresas sérias e com possíveis propostas mais vantajosas serão inabilitadas com fundamento em uma cláusula ilegal e mantida no Edital mesmo após a apresentação de impugnação.

Vejamos o entendimento recente, pós alteração legislativa, do E. TJSP sobre o tema:

*APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EX-PREFEITO. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS SEM LICITAÇÃO . **DANOS AO ERÁRIO**. APLICAÇÃO DE SANÇÕES DA LEI N.º 8.429/92 . (...) Sentença mantida com a aplicação das sanções previstas no artigo 12, inciso II, da Lei n.º 8.429/92 ( Lei de Improbidade Administrativa), destacando a irrelevância da cotação prévia de preços sem o devido procedimento licitatório (Lei n .º 8.666/93), a ausência de prejuízo pela não intimação após diligência processual (STJ, AgInt nos EDcl no AREsp 1.564.776/MG; STF, Emb . Decl. no Ag. Reg. nos Emb . Decl. no RE com Agravo 1.234.178/SP) e a irretroatividade da Lei n . 14.230/2021 para casos de dolo (STF, Tema 1199, ARE 843.989). Rejeitadas as alegações preliminares e de mérito do apelante, foi constatada a prática dolosa de frustrar a licitude de processos licitatórios, resultando em prejuízo ao erário . Mantida a condenação do apelante à suspensão dos direitos políticos por 8 (oito) anos, ressarcimento integral do dano, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o poder público por 5 (cinco) anos. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.*

(TJ-SP - Apelação Cível: 10003056020218260315 Laranjal Paulista, Relator.: Paulo Cícero Augusto Pereira, Data de Julgamento: 27/09/2024, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 27/09/2024)

...

*APELAÇÃO CÍVEL – Improbidade administrativa – **Irregularidades em processo licitatório que geraram danos ao erário – Impossibilidade de selecionar a melhor proposta**, se não houve publicação do edital do certame e nem mesmo a especificação exata do objeto do contrato a ser firmado – **Demonstrado o dolo** do ex-prefeito que, embora **experiente e conhecedor das regras mais básicas de licitação**, houve por bem não observá-las – Configurado ato de improbidade administrativa previsto no artigo 10, VIII, Lei de Improbidade Administrativa – Sentença reformada – Recurso provido.*

(TJ-SP - Apelação Cível: 00056351720108260323 Lorena, Relator.: Magalhães Coelho, Data de Julgamento: 13/11/2024, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 13/11/2024)

Assim, requer e espera que sejam excluídas as cláusulas anticompetitivas mencionadas nesta Impugnação.

## **VI. DOS PEDIDOS**

Diante dos vícios apontados e da clara violação dos princípios da competitividade e da isonomia, requer-se à Comissão de Contratação:

- i. A **suspensão do certame** até que sejam devidamente sanados os vícios apontados nesta impugnação a fim de garantir a ampla participação e a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável;
- ii. A **retificação do Termo de Referência** para ajustar as características do equipamento/maquinário nos termos dessa impugnação, bem como exigir a apresentação de certificações necessárias;
- iii. A integral procedência dos pedidos formulados nesta impugnação, de modo a garantir o cumprimento da legalidade, a plena competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa.

Termos em que,

pede deferimento.

São Paulo, 26 de novembro de 2025.

---

**LEANDRO ALVES DOS SANTOS**